

OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE MACAPÁ FRENTE A PANDEMIA

THE CHALLENGES OF REMOTE EDUCATION IN A FULL-TIME SCHOOL OF THE MACAPÁ STATE NETWORK IN FRONT OF THE PANDEMIC

Nazaré Souza Almeida¹
Jorge Emilio Henriques Gomes²
Marcos Antonio Feitosa de Souza³

RESUMO: A presente pesquisa, com o tema: “**OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE MACAPÁ FRENTE A PANDEMIA**”, tem como proposta de compreender de que maneira o Ensino em Tempo integral na rede estadual foi impactado pela a pandemia da Covid-19, que afetou a educação na cidade de Macapá. O trabalho teve como finalidade saber de que maneira o ensino remoto foi trabalhado na rede estadual de ensino para que no ano letivo 2020, tendo como parâmetro a análise documental do material disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação – SEED. O trabalho é relevante, pois possibilita discussões aprofundadas sobre o contexto do ensino não presencial nas escolas. Refere-se a uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório e descritivo com abordagens qualitativa e quantitativa. O procedimento foi bibliográfico e de campo. Foi aplicado um questionário de forma virtual, através da ferramenta digital *Google forms*. A pesquisa foi realizada com os docentes de uma Escola de Ensino Médio de Tempo Integral da rede estadual de ensino, no Estado do Amapá. Para a fundamentação teórica buscou-se autores que são referências na temática. Na coleta de dados buscou-se responder as seguintes indagações: Como este ensino foi afetado pela pandemia? Visto que a pandemia impactou o ensino de modo a ocorrerem profundas reflexões no contexto educacional, tendo em vista que a sala de aula ganhou uma ampliação e o uso das tecnologias se tornaram mais presentes para possibilitar o ensino.

Palavras-chave: Desafios. Ensino em Tempo Integral. Pandemia. Ensino remoto.

ABSTRACT: The present research, with the theme: “**THE CHALLENGES OF REMOTE EDUCATION IN A FULL-TIME SCHOOL OF THE MACAPÁ STATE NETWORK IN FRONT OF THE PANDEMIC**”, aims to understand how full-time teaching in the state network was impacted by the Covid-19 pandemic, which affected education in the city of Macapá. The purpose of the work was to know how remote teaching was worked in the state education network so that in the 2020 school year, having as a parameter the documentary analysis of the material made available by the Secretary of State for Education - SEED. The work is relevant, as it enables in-depth discussions about the context of non-classroom teaching in schools. It refers to applied research, of an exploratory and descriptive nature with qualitative and quantitative approaches. The procedure was bibliographic and field. A virtual questionnaire was applied, using the digital tool *Google forms*. The research was carried out with the teachers of a Full-Time High School in the state education network, in the State of

¹ Acadêmica do Curso de pós graduação *Lato Sensu* no Ensino de Química, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Campus Macapá. E-mail: nazasouza426@gmail.com

² Professor do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), *Campus* Macapá.

³ Professor do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), *Campus* Macapá. E-mail: marcos.feitosa@ifap.edu.br

Amapá. For the theoretical foundation, authors were sought who are references in the theme. In data collection, we sought to answer the following questions: How was this teaching affected by the pandemic? Since the pandemic has impacted teaching so that profound reflections occur in the educational context, considering that the classroom has gained an expansion and the use of technologies has become more present to enable teaching.

Keywords: Challenges. Full-time teaching. Pandemic. Remote teaching.

Data de aprovação: 01/04/2021

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa ponderamos sobre os desafios do ensino remoto na educação em tempo integral, tendo em vista que a pandemia gerou impactos no âmbito educacional que foram fundamentais para fazer reformulações no sistema de ensino para dar continuidade ao ano letivo de 2020. As aulas ganharam um formato virtual onde foi indispensável que os docentes se equipassem de recursos tecnológicos para lecionar nesta nova configuração de ensino.

Os docentes vivenciaram todas as transformações no contexto educacional diante da pandemia. Estas modificações tiveram a finalidade de fazer o aprimoramento da educação. Recentemente os professores estavam entendendo sobre o ensino em tempo integral, que tem como compromisso o desenvolvimento pleno do sujeito, e devido as novas circunstâncias os docentes tiveram de se harmonizar com a perspectiva do ensino remoto, bem como os obstáculos deste novo formato.

A pesquisa tem como objetivo compreender de que maneira o Ensino em Tempo integral na rede estadual foi impactado pela a pandemia da covid-19, que afetou a educação na cidade de Macapá. A educação em tempo integral está amparada nos seguintes documentos legais: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Neste sentido, as Secretarias de todos os entes da Federação elaboraram projetos para implantar o ensino em tempo integral nas escolas de cada estado.

A concepção de educação em tempo integral instituiu-se com o Manifesto dos Pioneiros de 1932, também conhecido por “Escola Nova”. O principal intelectual desse movimento de pensar em uma educação mais completa, de acordo como BRASIL/MEC (2009), foi Anísio Teixeira, que pensava numa perspectiva de educação voltada para a democracia e justificada nos aspectos humanizados para formação do sujeito.

O ensino remoto na educação em tempo integral trouxe desafios para os docentes, que se adaptaram a este novo formato de ensino. Foi determinante que os professores desenvolvessem metodologias diferenciadas para despertar a atenção do aluno, de forma que esse estivesse desenvolvendo atividades em tempo integral de forma virtual, para isso houve um planejamento para instituir ações que buscassem promover o conhecimento dos educandos nesse ensino emergencial. Essa nova rotina trouxe inquietação e dificuldade de adaptação para os educandos e docentes, já que a nova realidade educacional ocasionou em mudanças significativas nas relações na unidade escolar.

A presente pesquisa se justifica por ser relevante para a educação, tendo em vista o seu papel social. Esse é um tópico novo no contexto educacional, suas discussões e debates são essenciais para que os docentes entendam quais foram as adversidades que a educação em tempo integral enfrentou durante a pandemia.

Em 2020, ano em que a pandemia da COVID-19 foi declarada, e perdurou por todo o ano letivo, as práticas metodológicas do cenário educacional mudaram radicalmente. A

transmissão do conhecimento passou a ser “não presencial”, por meio virtual. Ao explorar como a rede estadual de ensino em tempo integral desenvolveu suas práticas pedagógicas, e quais foram os principais desafios deste regime na forma remota durante a pandemia, assimilou-se que houve a necessidade de um distanciamento social para evitar a contaminação dos docentes e discentes, além disso, para dar prosseguimento ao calendário escolar, os professores tiveram que fazer adaptações em suas aulas, foram utilizados aplicativos e ferramentas tecnológicas para auxiliar nas práxis do ensino.

Diante disso, surgiram os seguintes questionamentos: “Como este ensino foi afetado pela pandemia? E bem como os docentes desenvolveram suas práticas pedagógicas nesse novo contexto educacional, em virtude da pandemia?”. Essas indagações que direcionaram todo o trabalho desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A trajetória histórica da educação em tempo integral

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi um documento redigido por Fernando Azevedo, em 1932, e teve o apoio de 26 educadores, tais como: Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. A inquietação do movimento visava colocar em ordem o sistema educacional. O Manifesto representava a descontinuidade do pensamento vigente sobre educação e apontava para um modelo educacional democrático, de qualidade e gratuito. Na Série Mais Educação, do Ministério da Educação encontra-se o seguinte esclarecimento:

Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pensando na implementação de um Sistema Público de Ensino para o país, propunha uma educação em que a escola desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas, e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança visto não ser possível educa-lo no grau de desnutrição e abandono em que vivia (BRASIL, 2009, p.17).

A concepção de educação integral no Brasil iniciou com o Anísio Teixeira, que participou do Manifesto dos Pioneiros da educação nova, este foi o resultado do movimento intelectual que lutava pela reconstrução do modelo educacional que se encontrava em vigor e tinha a finalidade de oferecer diretrizes em âmbito nacional.

O conceito do grupo escolanovista ganhou força com o Movimento dos Pioneiros, que fundamentava um plano de reconstrução para o povo e para o governo, abrangendo todas as etapas do desenvolvimento natural (CASTRO, 2009, p.38). Houve várias tentativas de reformular o sistema de ensino brasileiro na primeira metade do século XX, visto que o modelo que estava em vigor não atendia as necessidades educacionais da época.

Anísio Teixeira foi o pioneiro na concepção de ensino integral para a formação mais completa do ser humano, foi influenciado por John Dewey (1859- 1952), um filósofo norte americano, do qual assimilou conceitos a respeito de educação, tendo a prática e a democracia como os principais instrumentos de formação do cidadão. A construção desta nova educação consistia em contemplar tanto as perspectivas artísticas, quanto intelectuais dos educandos e, desta forma, promover meios eficazes para a instrução e integralização do indivíduo na sociedade.

2.2 O regime de ensino em tempo integral: o modelo atual

O cenário educacional necessitava de um regime de ensino que contemplasse as novas tendências tecnológicas, que proporcionasse uma formação intelectual, afetiva e cultural para os sujeitos, e com isso preparando-o para a sociedade. O regime em tempo integral proporcionaria aos indivíduos uma ampliação da jornada escolar, esta extensão possibilitaria que os educandos desenvolvessem o aspecto cognitivo.

A Educação em Tempo Integral foi necessária para atender a demanda educacional na conjuntura em que os escolanovistas estavam inseridos até os dias de hoje, esse regime teve o objetivo de ofertar uma educação pública gratuita e de qualidade e as mudanças que ele trouxe foram fundamentais para o aprimoramento da gestão educacional. Os precedentes deste regime estão fundamentados na Constituição Federal (CF/1988), na LDBEN (Lei n° 9.394/96), nos Decretos e Leis que dispõem de que maneira ele será institucionalizado em todas as esferas dos poderes.

A Lei n° 13.415 de 2017 dispõe sobre a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, no Art. 13 define o processo de implantação e as condições mínimas que as unidades escolares terão de ter para desenvolver a nova modalidade de ensino, que trata:

Parágrafo único.

A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes, que deverá conter, no mínimo:

- I - Identificação e delimitação das ações a serem financiadas;
- II - Metas quantitativas;
- III - cronograma de execução físico-financeira;
- IV - Previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas (BRASIL, 2017).

A política que fomenta a educação em tempo integral no ensino médio destaca de que maneira a educação deverá ser configurada mediante as novas alterações no âmbito educacional de ensino. Nessa trilha, cada unidade escolar necessitou de renovação na infraestrutura na esfera administrativa, pois o estabelecimento de ensino precisa dispor de estrutura adequada para comportar os educandos e os docentes, destacando que ambos permanecem em tempo integral na unidade de ensino, tais aperfeiçoamentos são relevantes, pois as ações realizadas no sistema educacional exigem que se tenha estrutura aceitável para o desenvolvimento das atividades.

2.2.1 Fundamentos legais na esfera estadual

Na rede estadual de ensino foi usada como fundamentação a **Lei n° 2.238, de 29 de dezembro de 2017**, para que fosse implantado o Ensino em Tempo Integral, que implementou o projeto das Escolas de Tempo Integral ou Escolas do Novo Saber, no âmbito Estadual. No que concerne a isso o **Art. 1°** da lei mencionada afirma que:

[...] fica instituído, no âmbito do Estado do Amapá, o Programa de Escolas do Novo Saber, vinculado à Secretaria de Estado da Educação – SEED, tendo por objetivo principal o planejamento, a execução e a avaliação de um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e da qualidade do ensino médio na rede pública do Estado do Amapá, assegurando a criação e a implementação de uma rede de Escolas do Novo Saber (AMAPÁ, 2017).

As Escolas do Novo Saber se justificam em ações inovadoras e estratégias de ensino para atender as necessidades das novas demandas no âmbito educacional, essas formulações mudaram o modo de atuação da gestão escolar, tudo em busca de ofertar uma educação de qualidade na rede pública de ensino. O inciso § 1º da Lei nº 2.283 dispõe sobre a implantação das Escolas do Novo Saber, demanda também contida no Plano Estadual de Educação do Amapá – PEE/AP, que estabelece a Lei Estadual nº 1.907, de 24 de junho de 2015, que pondera sobre os mecanismos e as estratégias para atender o Art. 6º do PEE/AP, e a Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE.

A meta 6 do Plano Nacional de Educação preconiza: “[...] oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014, p.2). O PNE, descreve de que forma será concebida a educação em tempo integral, relata as horas que os educandos precisam estar dentro da Unidade Escolar.

O Art. 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN 9394/96. Discorre sobre a ampliação do tempo de permanência do educando na unidade escolar. O respectivo artigo desvela: A jornada incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola (BRASIL, 1996, p.24).

O programa institui que as Escolas do Novo Saber serão estabelecidas e terão suas práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares de Ensino Médio da rede estadual e definidas maneiras de como o âmbito escolar seria regulamentado mediante as novas resoluções do novo ensino.

Essas definições foram estabelecidas pelo poder executivo, que fez os direcionamentos sobre o novo regime de ensino para atender a obrigatoriedade que está disposta no plano nacional de educação quanto a ampliação da jornada escolar dos discentes. Vale enfatizar que Demo (2007), narra que o tempo é precioso para a aprendizagem, que possibilita ao docente estudar para ensinar, que permite uma melhor qualidade no ensino através de práticas que enriqueçam em virtude da intencionalidade do sujeito.

2.2.2 A implantação do Ensino em Tempo Integral na Rede Estadual: as escolas na cidade de Macapá

O governo federal institucionalizou a medida provisória de nº 746, de 22 de setembro 2016, que decreta a Política de Fomento à consolidação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, esse instrumento legaliza os estabelecimentos de ensino na esfera estadual e federal. A medida provisória dispõe sobre a organização desse regime de ensino e em 2017 foi convertida para a Lei nº 13.415 de 2017, desse modo à Lei potencializa a estruturação das unidades escolares.

Em meados de 2017, na rede estadual de ensino, foi iniciada a implementação das escolas de Tempo Integral ou “Escolas do novo saber”, nome fantasia do programa, na cidade de Macapá e Santana. Inicialmente foram contempladas oito unidades escolares com esse regime de ensino. Para atender as diretrizes instituídas pelos órgãos que legislam sobre a educação houve a necessidade que a unidade de ensino tivesse o mínimo de estrutura possível

para que fossem assegurados padrões aceitáveis para o desenvolvimento das atividades de acordo com a carga horária, tendo em vista que os educandos e professores estariam em tempo maior no estabelecimento escolar.

A Lei que garante as formulações do ensino, Lei nº 13.415 de 2017, fomenta e anuncia que medida será desenvolvida para certificar as condições mínimas de estruturação para se contemplar esse regime.

Durante o percurso de implantação deste novo regime de ensino, foi fundamental que os professores se adaptassem à nova realidade educacional, mudanças estas que foram essenciais, uma vez que, ambos eles estariam em um tempo maior na unidade escolar. Tais transformações tinham o propósito de completar a educação de qualidade.

Por volta de 2019, tivemos uma expansão da rede estadual de ensino que contemplou mais quatro escolas de tempo integral, que estão distribuídas pela capital do estado do Amapá, na cidade de Macapá. A portaria nº 1.023/ 2018 do Ministério da Educação instaura os parâmetros, diretrizes, critérios e atos para avaliação dos efeitos do programa das Escolas de Ensino em Tempo Integral. Em seu Art 1º da portaria nº 1.023, contém os objetivos das escolas, declara que:

[..] estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para o processo de adesão de Secretarias Estaduais e distrital de Educação-SEE e respectiva seleção de novas unidades escolares, com vistas à realização de avaliação de impacto da implantação do Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral-EMTI (BRASIL, 2017).

A portaria, caracteriza os atributos das unidades que receberam o novo regime de ensino intitulado Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio EMTI, e os fatores de impacto dos estabelecimentos escolares nesta configuração de ensino. A portaria ainda ressalta que as unidades de que forem contempladas com este regime terão que possuir infraestrutura e profissionais qualificados para atuarem nessa nova configuração metodológica pedagógica.

2.3 O ensino remoto em tempo pandemia

A pandemia da COVID-19 trouxe mudanças significativas em todo o mundo no ano 2020, e o Brasil foi bastante impactado em diversos setores devido à crise sanitária, que gerou percalços para a sociedade. Foram necessárias várias medidas para reestruturar os setores a fim de dar prosseguimento às atividades obedecendo as orientações sanitárias.

Foram cruciais as adaptações de todos os segmentos como: econômico, político e social. Além disso, a educação sofreu uma interrupção para evitar a disseminação do vírus, foi imprescindível o isolamento social. O governo do estado do Amapá, através de suas atribuições, adotou decretos e portarias, e foi por meio da Secretária de Estado da Educação que instituiu mediação para o andamento das atividades pedagógicas, o ensino remoto tornou-se um ferramental indispensável para a educação. Em conformidade com o Ministério da Educação, BRASIL/MEC (2020), que ressalta sobre a viabilidade de ensino não presencial:

Nesse quesito, o Brasil tem seguido a tendência mundial. Em todo o território nacional, redes públicas e privadas interromperam o funcionamento das escolas e, entre outras ações, têm cogitado – ou já estão em processo de – transferir aulas e outras atividades pedagógicas para formatos a distância. Por ora, são as redes estaduais que mais têm avançado nesse sentido, e o caminho tem sido viabilizado, principalmente, por meio da disponibilização de plataformas online, aulas ao vivo em redes sociais e envio de materiais digitais aos alunos [...] (BRASIL, 2020, p.3).

Para dar sequência às atividades pedagógicas foi substancial que a educação ganhasse um novo formato, o meio virtual, para que fosse atendida a demanda do âmbito educacional, bem como suas exigências para o funcionamento em todo território nacional. A medida foi importante para o período de pandemia. De acordo com Maria (2013), temos que ter clareza da condição socioeconômica dos alunos, mas, ao mesmo tempo, e também temos consciência de que a sociedade é construída pelo contexto das relações humanas, sociais e econômicas. O ensino virtual requer investimentos e tem um formato e linguagem específica. A execução exige uma infraestrutura física e de componentes básicos que são fundamentais para operacionalização porque são constituídos por equipamento que auxiliam os usuários em sua rotina escolar, as plataformas digitais que foram disponibilizadas configuram o novo cenário de sala de aula, que ganharam um novo ambiente de aprendizagem totalmente digital.

De acordo com Educação, do Ministério da Educação BRASIL/MEC (2007):

[...] a distância possui características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infraestrutura e pedagógicos condizentes, essas características só ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa.[...] a distância precisa de forte compromisso institucional em termos de garantir o processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão (BRASIL, 2007, p.7).

A educação não presencial é uma modalidade de ensino que necessita de equipamentos e ferramentas que são fundamentais para a realização de sua prática, dessa forma, se não estiver bem idealizada, esta jamais alcançará seu objetivo educacional. O uso de tecnologia no ambiente escolar tornou-se imprescindível durante o período de pandemia devido a **Portaria SEED Nº 35 de 17 de março de 2020**, que compõe regras a serem adotadas no âmbito educacional, dispõe que a educação se estabelecerá por meio de sistema virtual. Ainda para a efetivação das medidas determinadas para o enfrentamento da epidemia o **Decreto nº 1377**, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio da COVID-19, ressalta a importância do isolamento e a suspensão das atividades educacionais.

Neste aspecto todos os envolvidos no ambiente escolar teriam que possuir acesso mínimo as avaliações e direcionamentos das unidades de ensino, neste período, mediado pelo docente de cada componente curricular, dessa maneira as medidas foram relevantes para o cumprimento do ano letivo. Joaquim (2020) descreve que houve uma mudança significativa na sala de aula.

[...] determinadas atividades, como o ensino/estudo, mudaram, muda ou mudará por uma necessidade coletiva e não da individualidade. Surge um aspecto a ser considerado pelos que constroem a relação institucional 'tempo-estudo': como reajustar o 'tempo presencial' das salas de aula em 'tempo remoto' no âmbito da preservação da individualidade quando se pensa em aprender e ensinar? Debruçando-nos nesta questão, creio que nos deva surgir a vontade de promover a auto estima do aluno e conduzi-lo para o tão almejado plano da autonomia do pensamento crítico. Porém, para quem ensina, surge um novo desafio: ser o guardião de um tempo que se manifesta nas várias realidades dos vários alunos, que possuem as suas mais variadas necessidades internas, limitações, potenciais e projeções, nas suas distintas residências, com seus familiares, com o sem seus aparatos de tecnologia e distinções de acessibilidade à internet [...] (JOAQUIM, 2020, p.32).

Nesta perspectiva de mudança os docentes fizeram as orientações e mediações necessárias para que os educandos pudessem ter acesso as aulas e garantir seus

conhecimentos, a vista disso este movimento originou as buscas de informações para utilizá-las em sua rotina de estudo, essas ferramentas foram essenciais para o processo de construção de uma aprendizagem ativa. Segundo Henrique (2014) Ao agregar novas ferramentas tecnológicas na unidade de ensino gera uma gama de obstáculos para o professor, pois muitos desses profissionais não possuem habilidades necessárias em manusear determinadas tecnologias, procurando por meios próprios, cursos de capacitação voltados para o uso desses recursos. Outro problema encontrado é a falta de estruturas técnicas para que o docente desenvolva atividades diferenciadas no ambiente escolar.

Os professores precisam enfrentar o desafio de incorporar as novas tecnologias no ensino e aprendizagem, preparando o aluno para além de pesquisar, pensar, resolver os problemas e as mudanças que acontecem ao seu redor (RAMOS, 2012, p.7). Agora com o novo cenário educacional o professor é mediador do conhecimento e facilitador da aprendizagem e tem a missão de criar as possibilidades de aprimoramento de sua práxis de ensino, para que dessa forma os discentes compreendessem o conteúdo ministrado. A preocupação do docente sempre é desenvolver a melhor metodologia para que essa seja capaz de fomentar a aprendizagem dos alunos. De acordo com Roth (2011), descreve a importância da tecnologia no processo educacional, tanto para os docentes quanto para os discentes.

O docente pode se valer da tecnologia para estabelecer uma metodologia diferente, um novo tipo de relação com o aluno, muito mais personalizado, e isso me parece o mais importante. A tecnologia permite o trabalho individual e em grupo de maneira mais eficaz. O aluno, quando está em casa, consegue se comunicar com o grupo da escola, os pais podem observar seus avanços e o processo de aprendizagem ocorre de forma mais natural e espontânea. O estudante fica em contato com o conhecimento [...]. É claro que, no caso dos professores, há uma transformação cultural importante acontecendo [...] (ROTH, 2011, p.01).

Durante a pandemia da COVID-19, as escolas sofreram profundas metamorfoses, tanto professores quanto alunos tiveram que se ajustar com este novo jeito de instrução no sistema de ensino, as tecnologias se consolidaram de uma vez por todas na educação, além de ter se tornado um elo que conectou toda a comunidade escolar. De acordo com percepção de Ramos (2012) a educação vem ganhando novo formato, na quais o quadro a giz e livros não são mais os únicos instrumentos para dar aulas, necessitando assim desenvolver um conjunto de atividades pedagógicas a partir das tecnologias para atender a demanda escolar (RAMOS, 2012, p.16).

As ações propostas pela Secretária de Estado da Educação - SEED, no âmbito estadual, foram geradas devido ao decreto do governador que respeitava as orientações emitidas pela Organização Mundial da Saúde – OMS, que anunciou oficialmente a pandemia do novo coronavírus e como medidas sanitárias foram suspensas todas as atividades não essenciais no período da pandemia. Para evitar aglomerações dentro da unidade escolar a SEED desenvolveu mecanismo para que os alunos não ficassem sem aula e como consequência surgiu o ensino remoto, este seria capaz de aliar tecnologia a favor da educação.

Em consoante com Conceição e Maria (2013), que afirma que os instrumentos tecnológicos estão presentes no cotidiano tanto dos docentes quanto dos discentes e são ferramentas essenciais novo contexto pedagógico.

Gestores e professores podem utilizar desta ferramenta como meio de ampliar seus conhecimentos dentro da escola, de maneira a facilitar a comunicação entre os educadores e educandos da instituição e aperfeiçoando seu trabalho para melhor compreensão daquilo que é de fundamental importância a ser transmitido. Os gestores e professores não podem ficar parados no tempo, têm que acompanhar as novas tecnologias que estão surgindo, não apenas como forma de conhecimento, mas também como fonte enriquecedora de seu trabalho na instituição (CONCEIÇÃO e MARIA, 2013, p.3).

As tecnologias se potencializaram no âmbito educacional e foram necessárias durante a pandemia da COVID-19. O estado do Amapá adotou as aulas remotas na rede estadual de ensino para resguardar professores e alunos, que ficariam expostos vírus, caso não fossem tomadas providências cabíveis. Foi imprescindível o desenvolvimento de estratégias para que todos os educandos fossem contemplados com este novo processo educacional, desta forma, as ferramentas que foram postas pelo estado para disponibilizar aulas *on-line* foram a utilização da plataforma Sistema Integrado de Gestão da Educação - SIGEduc, portais educacionais, redes sociais, aulas gravadas para aqueles alunos que não tinham acesso à internet regularmente e apostilas impressas e livros didáticos para quem não dispunha de nenhum recurso tecnológico.

Para dar prosseguimento aos estudos dos alunos das 3^o séries e prepará-los para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, possibilitando a entrada destes alunos nas universidades, o governo criou um canal na plataforma *YouTube*, direcionando conteúdos específicos para que os estudantes pudessem ter acesso a vídeo aulas produzidas pelos professores.

É importante salientar que a rede estadual de ensino suspendeu todas as atividades pedagógicas e administrativas em decorrência da pandemia e para dar continuidade em suas ações no âmbito educacional e ao ano letivo 2020 foi necessário reestruturar estratégias metodológicas, pedagógicas e administrativas para atender o propósito da educação e conceber um ensino de qualidade para os educandos. Foi compreensível que todas as decisões que fossem tomadas no âmbito educacional se desenrolassem de forma responsável e consciente pelas autoridades competentes, pois poderia expor os docentes e educandos ao perigo da contaminação. Com o agravamento da pandemia no Estado do Amapá o governo municipal da capital, através do **Decreto nº 2058**, declarou medidas mais restritivas para conter o avanço do vírus.

Institui regime emergencial de intensificação das medidas de restrição de locomoção ou circulação de pessoas (Lockdown) com normas de isolamento rígido no Município de Macapá, visando a contenção do avanço da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências. (MACAPÁ, 2020).

De cunho impositivo em que o estado foi obrigado a tomar controle sobre a situação epidemiológica, a primeira medida desse decreto tinha como finalidade impedir a circulação de pessoas. A SEED tinha o compromisso de acompanhar os decretos estaduais e elaborar diretrizes e mecanismo que minimizassem os efeitos da pandemia na educação. A Secretaria de Estado da Saúde (SESA), junto com comitê de saúde emitiam boletins diários de casos de covid-19 no estado do Amapá, pois essas informações eram importantes para que o governador deliberasse medidas de combate a disseminação da COVID-19.

No decorrer dos meses em que a pandemia crescia era necessário que se criassem novos caminhos para dar prosseguimento às atividades governamentais que são fundamentais para a sociedade. A educação não poderia ficar de fora, uma vez que os alunos tinham que passar para próxima etapa de ensino. A pandemia da COVID-19 se estendeu de 17 de março

de 2020 até os dias atuais. Para o retorno presencial das unidades de ensino, as autoridades sanitárias estaduais avaliam constantemente o cenário epidemiológico. Por este motivo foi relevante que a SEED ofertasse o ensino remoto para que as aulas no formato virtual tornassem parte da nova configuração do ensino.

Os recursos tecnológicos apresentaram-se como instrumentos poderosos para o fortalecimento do ensino não presencial. Os docentes teriam que ser preparados para operarem esse formato virtual. Em concordância com Carlos e Ortiz (2015), é necessário que haja oferta de cursos de capacitação aos discentes, uma vez que estamos na era tecnológica de inovações e a modernização já chegou no ambiente escolar.

A sala de aula ganhou novas extensões e também novos usuários, os pais se tornaram participantes ativos nos processos de aprendizagem dos educandos, e pelo advento da pandemia os familiares tiveram mais tempo para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes. As tecnologias foram vitais para o planejamento da educação, pois permitiram aos docentes montar estratégias de ensino para deixar suas aulas mais interativa. O ensino remoto produziu grandes obstáculos no contexto escolar, trazendo uma grande sobrecarga para os docentes, tais como a exaustão mental e física. Em conformidade com isso Santos (2020), evidencia que ensino remoto ainda está deixando suas marcas nas unidades escolares.

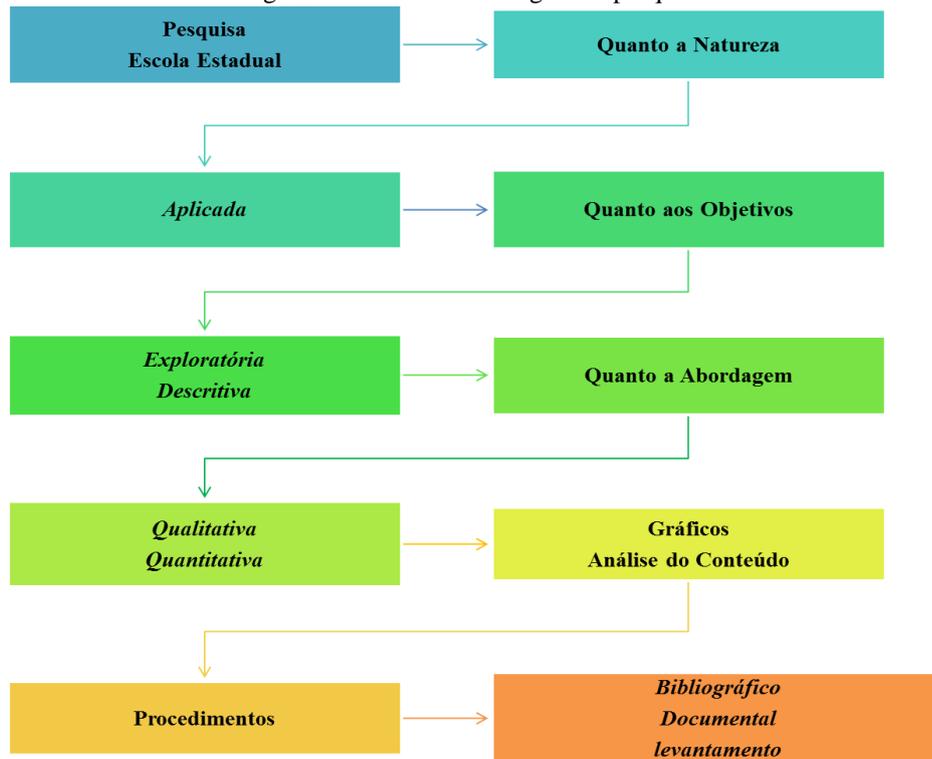
O ensino remoto tem deixado suas marcas... Para o bem e para o mal. Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias [...] (SANTOS, 2020, p.1).

As marcas geradas na educação pela pandemia da COVID-19 vão ficar para sempre na memória dos educadores, pois estes tiveram que moldar de acordo com a situação, mecanismos e estratégias que tiveram como finalidade alcançar os objetivos educacionais e assim ofertar uma educação de qualidade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de detalhar os percursos de como a educação de tempo integral no Estado Amapá foi impactada pela pandemia da COVID-19. Destarte, foram elaboradas estratégias transcorridas para atingir o objetivo do trabalho. No fluxograma abaixo, na figura 1, caracteriza-se como foi feita a trilha metodológica e apresenta como se consolidou, de acordo com os procedimentos que foram realizados.

Figura 1 - Trilha Metodológica da pesquisa.



Fonte: Autoria própria (2021)

O trabalho propõe-se a realizar uma investigação de como ocorreu o ensino remoto no Ensino em Médio em Tempo Integral na rede estadual de ensino, bem como os desafios que a pandemia da COVID-19 trouxe impactos para âmbito educacional e que gerou naquele momento um ensino não presencial fazendo com que as aulas nos ambientes virtuais se tornassem comuns e necessárias para que fosse possível dar sequência ao ano letivo.

3.1 A descrição do *locus* e objetos de estudos

A presente pesquisa foi aplicada e desenvolvida no período de 2020/2021, referente ao ano letivo escolar de 2020 devido ao impacto gerado pela pandemia à unidade de ensino, que não finalizou período letivo de 2020, por este motivo necessário a extensão das atividades até 2021. A Escola Estadual Jesus de Nazaré, localizada na Av: Princesa Izabel, Bairro: Jesus de Nazaré. No segundo semestre de 2017, por meio da Secretária Estadual de Educação-SEED, a educação em tempo integral foi efetivada no educandário e intitulada como Escolas do Novo Saber.

3.2 A caracterização dos sujeitos envolvidos

Os sujeitos da pesquisa foram os docentes da Rede Estadual que lecionaram na unidade escolar. Escolhidos para que descrevessem de que maneira se implantou o ensino remoto na Escola do Novo Saber e como a pandemia da COVID-19 afetou o ensino durante o isolamento social, caracterizado o ensino a durante a pandemia, no que tange a execução de suas práticas pedagógicas metodológicas para o alunado.

3.3 Tipificação da pesquisa

A pesquisa aplicada ou investigação é um método científico que consiste em buscar e gerar informações e conhecimento sobre o problema. Conforme Matias (2012) descreve sobre a pesquisa aplicada, ela tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos (MATIAS, 2012, p.87). Já a pesquisa exploratória tem como objetivo alcançar e desenvolver uma pesquisa de caráter exploratório e descritiva a qual procure identificar um fato ou fenômeno assim como, trazer informações que ainda não existam sobre o ensino remoto na educação em tempo integral. Saber quais foram os principais impactos gerados pela pandemia na rede estadual de educação. De acordo com Severino (2013) a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto (SEVERINO, 2013, p.76).

Quanto a forma de abordagem, é qualitativa e quantitativa. Para Teixeira (2012) “na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação” (TEIXEIRA, 2012, p.137). Já que tem com abordagem quantificar os respondentes sob o enfoque numérico.

O procedimento trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Severino, “a pesquisa bibliográfica utiliza-se dados ou de categorias teóricas que já foram previamente pesquisadas por outros teóricos e os textos se tornam fontes de pesquisa” (SEVERINO, 2013, p.76). Para o levantamento de autores que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, e para a coleta de dados foi usado um instrumento metodológico do tipo questionário. Ainda foi realizada uma análise documental do material disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação – SEED sobre como foi à implantação o ensino em tempo integral. Pesquisa documental tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobre tudo de outros tipos de documentos, [...] tais como jornais, fotos, documentos legais (SEVERINO, 2013, p.76). Nestes casos, os documentos analisados são a matéria-prima, este instrumento é essencial para o pesquisador fazer suas arguições sobre o problema investigador.

3.4 O instrumento de pesquisa utilizado

A aplicação do questionário na rede estadual de ensino, em virtude de pandemia, foi feita de forma *on-line*, devido ao isolamento social causado pela COVID – 19. Este instrumento, posteriormente, foi relevante para a tabulação dos dados desta pesquisa. O questionário foi disponibilizado por meio virtual para que os respondentes pudessem assinalar sua opinião em torno do presente trabalho. O aplicativo que foi utilizado nesta pesquisa para a captação de dados foi o *google forms*, ferramenta ofertada pela plataforma virtual do *google*.

No total foram 11 professores que responderam ao questionário (Apêndice I), que abordou sobre os seguintes questionamentos: se este regime contribuiu para aprendizagem do educando e quais os impactos da pandemia na prática pedagógica, saber se os docentes estavam preparados para ministrar aula no ensino remoto, compreender se os docentes tinham infraestrutura para desenvolver o ensino não presencial, quais foram as tecnologias mais utilizadas para lecionar, se os docentes tiveram cursos de capacitação para atuarem neste novo formato de ensino e quais foram impactos da pandemia nas suas práticas de ensino e os principais obstáculos desse período de isolamento social.

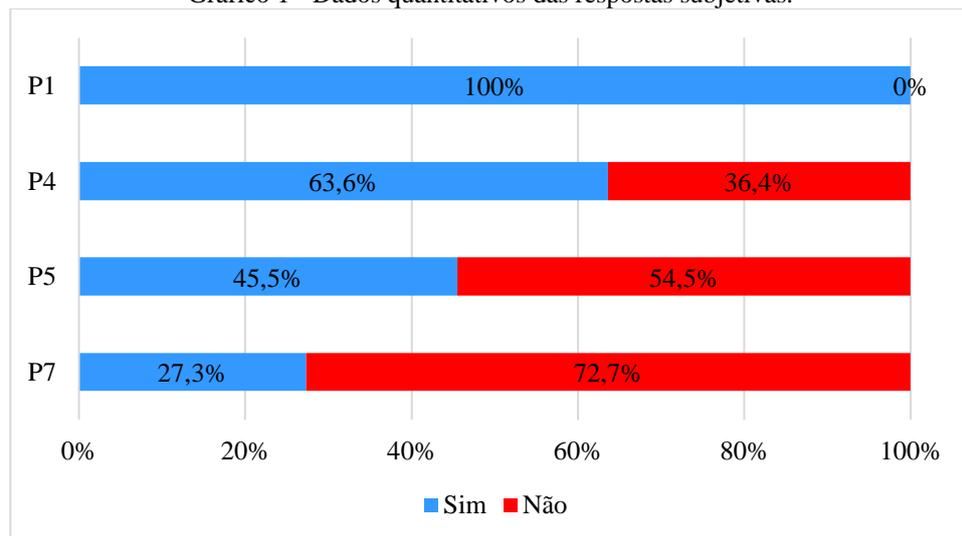
Este questionário contém sete perguntas sendo que cinco objetivas e duas perguntas abertas, as quais foram categorizadas e foram construídas duas tabelas, que estão no (Apêndice II), e foram analisadas de acordo com o conteúdo coletado *in locus*. Segundo

Severino (2013, p.75) “[...] metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, [...]”. Este método é utilizado para analisar dados qualitativos, a análise do conteúdo tem a finalidade de compreender a essência do fenômeno pesquisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário foi constituído por sete perguntas sendo que cinco foram objetivas e duas discursivas. Estas foram tratadas com base nas abordagens quantitativa e qualitativa, respectivamente, e para uma melhor organização foi feita uma unificação dos gráficos da pesquisa. Já as respostas subjetivas foram tabuladas pela análise do conteúdo.

Gráfico 1 - Dados quantitativos das respostas subjetivas.



Fonte: Autoria própria (2021)

A primeira pergunta (Q1) foi realizada com o objetivo de saber se regime em tempo integral contribuiu para o processo de aprendizagem (Gráfico 1).

Nota-se que os docentes afirmam que o regime em tempo integral contribuiu significativamente no processo de aprendizagem, isso corresponde ao percentual de 100%. Essa forma de ensino é oportuna, uma vez que os discentes têm o tempo prolongado dentro da unidade de ensino, é neste momento que acontece a efetivação da convivência de professores com aluno. Maria (2013, p.04) ressalta a importância dessas vivências que é primordial para o desenvolvimento das ações pedagógicas e educacional.

[...] educação como um processo, em que experiências são trocadas, vivenciadas, enriquecidas, numa convivência afetiva na relação professor-estudante, tendo clara a importância do papel da escola, e, principalmente, do educador enquanto mediador do conhecimento é primordial para que seja traçado um novo rumo para a educação [...] (MARIA, 2013, p.04).

Para os docentes a escola é um espaço que oportuniza a troca de experiências e de conhecimento, visto que, é ambiente favorável para as relações interpessoais entre alunos e professores, deixando bem claro o quanto a educação é importante na vida dos educandos e demonstra ainda que é fundamental a presença do educador na unidade de ensino.

A segunda, pergunta (Q2), tinha a finalidade de descrever os principais desafios em ministrar aula neste novo regime de ensino de forma remota. Foi confeccionada a tabela 1, que ressalta todos os discursos dos respondentes sobre os desafios de lecionar no regime em

tempo integral. Fez-se uma organização dos representantes em categorias: **1-Tecnologia, 2-Falta de Apoio, 3 – Falta de Estrutura, 4 – Falta de Interesse**, para ser ter um maior panorama das respostas.

Categoria 1-Tecnologia: Nesta categoria os docentes expõem sobre a Tecnologia P5 *“Nem todos possuem celulares, não houve nenhuma colaboração da SEED. Nós mesmo tínhamos que nos virar, sem apoio nenhum, mas se tem muita cobrança.”*. Observa-se que todos os respondentes tem como o principal impedimento a falta de recursos tecnológicos disponíveis para desenvolver seu trabalho, ainda ressaltam a cobrança excessiva da Secretaria Estadual de Educação. Para deixar mais claro os respondentes reafirmam que os docentes estão sem suporte técnico para os envios de atividades que estão sendo desenvolvidas no ensino remoto. P8 *“O principal desafio é a internet, acredito que deveríamos ter um suporte, no caso um programa para termos acesso à internet e um sistema integrado para enviarmos atividades, tanto os estudantes como nós professores necessitamos de internet.”*. Os dois respondentes dessa categoria evidenciam que tanto os docentes quanto os educandos necessitam de internet para dar continuidade ao ensino remoto. De acordo com Joaquim (2020) as mudanças na educação durante a pandemia que trouxe profundas modificações nas relações no âmbito escolar na prática de ensino, os recursos tecnológicos foram incorporados na rotina escolar.

Categoria 3- Falta de Estrutura: Para essa categoria os respondentes afirmam que a maior adversidade estava na aquisição das tecnologias. P6 *“Recursos financeiros, tecnologias digitais deficitárias (poucas habilidades) e Retornos de ensino aplicado (pouco envolvimento).”* Os professores não têm retorno por parte dos educandos e dizem que os alunos ficam dispersos e não estão conseguindo acompanhar as aulas remotas. Por isso os professores se sentem frustrados com o ensino remoto. Para Ramos (2012), constatou-se que os recursos tecnológicos são essenciais para o trabalho remoto.

Categoria 2- Falta de Apoio e 4 – Falta de Interesse, ambas têm similaridades em seus contextos e enfatizam as concepções de incentivos para que os professores dessem sequência aos seus ofícios.

Na terceira pergunta (Q3), entende-se quais os impactos da pandemia em sua prática de ensino. Foi realizada a construção da tabela 2, que tinha como finalidade saber sobre os impactos da pandemia na prática educacional e resalta todos os discursos dos respondentes sobre os desafios de lecionar no regime em tempo integral. Fez-se uma organização dos representantes em categorias **1- Desapontado, 2- Desânimo, 3 – Contato Humano, 4 – Dificuldade na Aprendizagem**. Para iniciar as discussões foram escolhidos alguns respondentes para fazer a análise de suas afirmações.

Categoria 1- Desapontado: No contexto atual educação sofreu grandes transformações os profissionais que atuam na unidade de ensino, tiveram que fazer adaptações em seu planejamento que foram fundamentais em sua prática pedagógica. Informam os docentes: P10 *“Com o despreparo de todos, escola, professores e alunos, como não tive uma formação adequada para lecionar a distância. Preparar uma aula remota é bem diferente da prática presencial de sala de aula.”* A pandemia exigiu uma profunda mudança no sistema de ensino, tendo em vista que a formatação da sala de aula ganhou uma extensão virtual.

Categoria 2- Desânimo: Observou-se, nos relatos dos docentes, que a desmotivação dos alunos é preocupante para o ensino remoto e declara que: P4 *“Alunos sem motivação para estudar em casa mesmo tendo acesso aos professores por meio das mídias.”* Isso é assustador, pois o discente precisa deste conhecimento para ir para a próxima etapa do ensino. O docente ainda é mediador do conhecimento para dar as orientações para os educandos.

Categoria 3 – Contato Humano: A pandemia exigiu uma maior organização e novo formato de aula que foi o ensino remoto e professores e educandos sentem falta da

convivência P3 “*Principalmente nas aulas práticas perda de percepção de contato com as aulas.*”. Os docentes asseguram que é fundamental o contato humano para trocas de informações e a relação de reciprocidades. Ramos (2012) afirma que a convivência no ambiente escolar é relevante, é um momento enriquecedor tanto para os professores quanto para os alunos. De acordo com Demo (2007), o que é necessário são tempos que oportunizem a aprendizagem, que permitam ao docente estudar para ensinar, que permitam uma melhor qualidade no ensino através de práticas que enriqueçam os conteúdos ensinados.

Constata-se a relevância da convivência no ambiente escolar as interações humanas são necessárias para as trocas de conhecimento, prática eficaz para o fortalecimento das aprendizagens dos educandos.

Categoria 4 – Dificuldade na Aprendizagem: O ensino remoto demonstrou todas as fragilidades do sistema educacional, tendo em vista que a educação possui bastante lacunas no âmbito organizacional, é isso que expõe o docente. P9 “*Alunos que não conseguiram de fato apreender e, estão sendo colocados de forma indevida em outras séries/etapas, e que vão certamente, ter dificuldade equitativa em seu aprendizado.*” Estas vulnerabilidades são refletidas na aprendizagem dos educandos, que são os mais prejudicados no processo. De acordo com Ramos (2012) leva-se em conta o contexto social- econômico dos discentes, pois para se ter aquisição de ferramentas exigem investimentos.

Esta quarta pergunta (Q4), tinha o intuito de perceber se os docentes estavam preparados para lecionar no ensino remoto durante a pandemia da COVID- 19.

Constata-se que os dados obtidos dizem que 36,4% admitiram que não tinham preparo para ministrar aula nesta nova configuração de ensino. Já 63,6% confessam que se sentem competentes para atuarem no ensino remoto. Foi necessário reconstruir novas estratégias para dar prosseguimento ao ano letivo de 2020 visto que a educação é indispensável para a sociedade. De acordo com Carlos e Ortiz (2015), diz que os recursos tecnológicos são fundamentais na esfera educacional, são instrumentos que auxiliam nas atividades pedagógicas. Notou-se que essa ferramenta se tornou elementar nas práxis de ensino, tendo em vista que estes eram únicos instrumentos que dariam a possibilidade de dar continuidade às aulas.

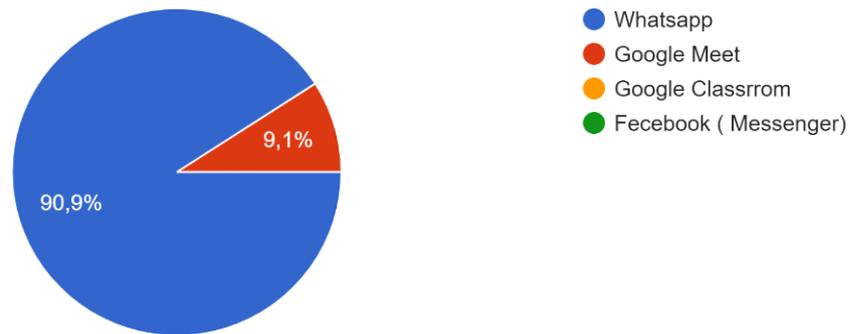
A pergunta (Q5) foi fundamental para compreender se a infraestrutura que os professores dispunham seria suficiente para lecionar no ensino remoto.

Verifica-se que os docentes não tinham instrumentos suficientes para ministrar no ensino remoto, que reflete o percentual 54,5%, por este motivo estes profissionais tiveram que se organizar, fazer investimentos para desenvolver o trabalho durante a pandemia. Os percentuais correspondentes a 45,5% já possuem recursos satisfatórios ensinar. Maria (2013) diz que, para fazer aquisições de equipamentos os docentes precisam de recursos financeiros para ter suporte que possibilite ministrar as aulas no formato remoto, tudo perpassa por uma questão econômica.

Para reiterar o que foi demonstrado anteriormente, a maior parcela dos respondentes não dispunha de ferramentas para atuarem no ensino não presencial e não tiveram amparo financeiro para o desenvolvimento desse formato *online*.

A pergunta (Q6) tinha o objetivo de saber quais foram os procedimentos, recursos ou plataformas que os docentes utilizavam para fazer o atendimento remoto e se estas ferramentas tecnológicas eram eficientes para o desenvolvimento do trabalho.

Gráfico 2 – Os recursos para fazer atendimento remoto.



Fonte: Autoria própria (2021)

Observa-se quais os recursos tecnológicos foram mais utilizados para fazer atendimento educacional. Com o percentual 90,9 % Whatsapp como ferramenta mais utilizada para dar continuidade ao ano letivo de 2020, sendo que esta ferramenta é mais descomplicada de trabalhar e também é mais acessível. Como 9,91% foi usada a ferramenta Google Meet, esta é ferramenta disponibilizada pelo Google, mas para gravar aula você tem que fazer a aquisição de pacote para ter acesso a todos os recursos do sistema. Sendo assim Ramos (2012), exprime que recursos tecnológicos se tornaram primordial para que os docentes desenvolvessem o trabalho remotamente. Estes aplicativos se tornaram cruciais na rotina dos docentes, atendendo as necessidades para aquele momento bastante inusitado que foi gerado pela pandemia.

Na pergunta (Q7) a intenção era obter informações se foi ofertado cursos de capacitação na instituição que os docentes trabalhavam, para atuarem no ensino remoto. Os dados apresentados confirmaram que 72,7 % não tiveram cursos de capacitação para que os educadores atuassem nesse ensino emergencial. Apenas 27,3% dizem que houve curso de treinamento para ministrar aula nesse novo formato. Ficou evidenciado que a maior parte dos respondentes não tiveram orientações para atuarem desse novo formato de ensino, foi suficientemente dificultoso para estes docentes desenvolverem suas práticas educacionais. Identifica-se que segundo Henrique (2014), é fundamental oferecer aos docentes treinamentos para que esses estejam preparados para atuarem no espaço escolar. Os profissionais precisam passar por cursos de capacitação constantemente isso é vital na vida deste profissional (HENRIQUE, 2014, p.11).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo é sobre os impactos que a pandemia gerou no ensino em tempo integral e os desafios que ocasionaram efeitos na rotina escolar. A presente pesquisa torna-se fundamental, uma vez que demonstra os obstáculos enfrentados pelos docentes que atuaram no ensino não presencial. Para conhecer sobre os contratempos gerados pela pandemia no ensino em tempo integral foi feito um levantamento prévio de documentos tais como portarias, decretos, site oficiais, que constavam informações essenciais e foram incorporadas na construção do trabalho.

Ao analisar a percepção dos docentes sobre como a educação em tempo integral foi surpreendida pela a pandemia da COVID-19, a coleta de dados detalho a trajetória de como a rede estadual de ensino em tempo integral desenvolveu suas práticas pedagógicas durante a pandemia e quais foram os principais desafios encontrados na consolidação desse ensino remoto. As adversidades deste novo formato de ensino foram a falta de apoio para aquisição de ferramentas tecnológicas para dar continuidade ao ano letivo, medida que tornou o

processo bastante dificultoso. Observou-se que nem todos os docentes estavam preparados para ministrar aula nessa nova realidade gerada pela pandemia, com isso muitos tiveram que se adequar ao longo do processo. Além disso, nem todos os docentes não tiveram cursos de capacitação para atuarem nessa nova realidade de ensino.

A meta da pesquisa foi atendida de acordo com os relatos dos docentes que estão lecionando no formato de ensino remoto. Foi relevante que os respondentes descrevessem como foi lecionar nesse novo formato de sala de aula, e como estes docentes estão desenvolvendo seu trabalho de maneira remota. A hipótese desta pesquisa foi formulada sobre quais foram às adversidades que o ensino remoto trouxe para o regime em tempo integral. Durante o trabalho se descobriu que a hipótese foi confirmada, visto que os docentes reiteram sobre os desafios enfrentados por esta nova configuração de ensino. Constatou-se que o surto epidemiológico gerou modificações no contexto educacional. A sala de aula ganhou uma extensão maior e materializou-se em formato virtual para atender a necessidade do sistema.

Sugere-se a SEED, a busca de instituições que possam formular projetos de cunho tecnológicos que possibilitem arquitetar sistemas que auxiliem os docentes no ensino remoto. E também que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública- SEJUP possa fazer por meio de doação, celulares que foram apreendidos e que durante o processo de devolução, o dono não apareceu para requerer o aparelho, isso claro, após o tramite legal. Esses aparelhos seriam entregues aos alunos mais carentes das escolas, já que nem todos têm condições de comprar essa ferramenta para dar prosseguimento em seu estudo. Esse estudo procurou apenas fazer uma discussão prévia sobre dos desafios da pandemia no regime em tempo integral, e os impedimentos causados pela pandemia que gerou o ensino remoto.

Recomenda-se para estudos posteriores, especialmente aqueles aplicados, que possam se interessar sobre essa temática, introduzir na pesquisa o ponto de vista dos educandos, pois esses relatos são pertinentes. Devido às limitações impostas pela pandemia da COVID-19, para a consolidação desta pesquisa houve a falta de tempo dos respondentes para que estes preenchessem ao questionário, tendo em vista que estes docentes estavam sobrecarregados com essa nova configuração de ensino.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Decreto Nº 1.377, de 17 março de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Executivo do Estado do Amapá. **Diário Oficial do Estado – AP**, 18 mar. 2020. Disponível: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391021>. Acesso em 17 de junho de 2020.

AMAPÁ. Governo do Estado investe R\$ 13,9 milhões em obras nas escolas de tempo integral. **Secretária de Estado da Educação**. Disponível em: <https://seed.portal.ap.gov.br/noticia/0507/governo-do-estado-investe-r-13-9-milhoes-em-obras-nas-escolas-de-tempo-integral>. Acesso em fev. de 2021.

AMAPÁ. Lei nº 1.907, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação – PEE. **Assembleia Legislativa do Estado**. Macapá, 2015. Disponível: http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar_legislacao&n_leiB=1907,%20de%2024/06/15. Acesso em 14 de maio. 2020.

AMAPÁ. Lei nº 2.283, de 29 de dezembro de 2017. Institui o Programa de Escolas do Novo Saber, no âmbito do Estado do Amapá. **Diário Oficial do Estado nº 6.591**, de 29 dez. 2017

Macapá. Disponível: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=85331. Acessado em 10 de abril. 2020.

AMAPÁ. **Portaria SEED Nº 35, de 17 março de 2020.** Dispõe sobre as diretrizes que deverão ser adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEED, para cumprimento das medidas determinadas pelo Governo de Estado do Amapá de enfrentamento ao risco de epidemia causado pelo Coronavírus (COVID-19). Disponível: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391021>. Acesso em 15 de junho de 2020.

BRASIL. **Portaria nº 1.023, de 4 de outubro de 2018.** Estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para a realização de avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI e seleção de novas unidades escolares para o Programa. Disponível: http://www.lex.com.br/legis_27716064_portaria_n_1023_de_4_de_outubro_de_2018.aspx. Acesso em 15 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 de abril. 2020.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 5 de jun. de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União, 26 de jun. 2014 - Edição extra.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 17 fevereiro de 2017.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em 17 de junho de 2020.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746, de 23 setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2112490>. Acesso em 17 de junho de 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação Secretaria de Educação a Distância.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. **Nota Técnica Ensino a Distância na Educação Básica Frente à Pandemia da Covid-19.** Brasília, DF, abril de 2020. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf. Acesso em: 17 de jun. 2020.

BRASIL. **Programa Mais Educação, Educação Integral:** texto referência para o debate nacional. Brasília: Mec, Secad, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf. Acesso em 12 fev 2021.

CARLOS, J. P.; ORTIZ, C. S. **O uso de recursos tecnológicos nas aulas de história em uma das escolas municipais na região noroeste do paraná.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Campus Medianeira, 2015. Disponível em:

http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/14658/1/MD_EDUMTE_II_2014_73.pdf. Acesso em 28 de fev. 2021.

CASTRO, A. **A Escola de Tempo Integral: a implantação do projeto em uma escola do interior paulistas**// Adriana de Castro. São Carlos: UFSCar, 2009.

CONCEIÇÃO, M. P.; MARIA, T. S. **O uso da tecnologia na educação na era digital. Revista Saberes em Rede Refapro de Cuiabá – MT.** jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.cefaprocuiaba.com.br/revista/up/ARTIGO%20IX.pdf>. Acesso em 09 de mar. de 2021.

DEMO, Pedro. Escola de Tempo Integral. **Seminário: O direito à Educação Integral: rupturas e resistências.** UnB, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/325922462/PEDRO-DEMO-ESCOLA-DE-TEMPOINTEGRAL-pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

HENRIQUE S, J. S. **O uso das tecnologias na sala de aula, como ferramenta pedagógica e seus reflexos no campo.** Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50327/R%20-%20E%20-%20JESUS%20HENRIQUE%20SEGANTINI.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jan. 2021.

JOAQUIM, M. F. A. N. **Sobre ensino, aprendizagem e a sociedade da tecnologia: por que se refletir em tempo de pandemia.** Revista Prospectus, v. 2, n. 1, p. 28-38, FATEC de Itapira: 2020. Disponível em: <https://prospectus.fatecitapira.edu.br/index.php/pgt/article/download/32/21>. Acesso em 18 de junho de 2020

MACAPÁ. Decreto N° 2058, de 15 de maio de 2020. Institui regime emergencial de intensificação das medidas de restrição de locomoção ou circulação de pessoas (Lockdown) com normas de isolamento rígido no Município de Macapá, visando a contenção do avanço da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências. 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=395555>. Acesso em 09 de mar. 2021.

MARIA, Márcia dos Santos. **Educação integral: vivências e desejos.** Florianópolis: 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/105671/M%C3%A1rcia%20Maria%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 28 fev. de 2021.

MATIAS, Pereira José. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RAMOS. Márcio Roberto Vieira. O uso de tecnologias em sala de aula. **Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciência Sociais – UEL.** Edição N°. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012.

ROTH, Martina. **Educação e tecnologia.** POR: Rita Trevisan 01 de Novembro 2011. Disponível:< <https://novaescola.org.br/conteudo/904/martina-roth-fala-sobre-educacao-e-tecnologia>>. Acesso em 17 de junho de 2020.

SANTOS, E. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos para hoje. Mas qual é mesmo a diferença? **Revista Docência e**

Cibercultura. Notícias. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1119>. Acesso em: 28 jun. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

Prezados docentes, estas perguntas farão parte da presente pesquisa que a autora está desenvolvendo para obter dados sobre os desafios do ensino em tempo integral, bem como a pandemia trouxe impacto para a educação. Solicito a vocês que respondam estas perguntas e agradeço a contribuição de todos.

1) Em sua opinião, o regime em tempo integral, contribui para melhoria do processo de ensino e aprendizagem?

SIM NÃO

2) Descreva os principais desafios em ministrar aula neste novo regime de ensino?

3) Descreva em poucas palavras quais foram os impactos da pandemia em sua prática de ensino?

4) Docente, você se avalia preparado para ministrar aula no ensino remoto no advento da pandemia?

SIM NÃO

5) Docente, você dispõe de infraestrutura para lecionar no ensino remoto?

SIM NÃO

6) Docente, Qual(is) o(s) procedimento(s) ou métodos/recursos/plataformas você utiliza para fazer o atendimento remoto?

- Whatsapp
- Google Meet
- Google Classroom
- Facebook (Messenger)

7) Na instituição que você trabalhar houver algum curso de capacitação para atuar no ensino remoto?

SIM NÃO

Link dos questionários virtuais

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf1hBmhzuQa2fYrw1XRflAMkpAWgW0M28Zj2ZF8Nl6GhDJaUQ/viewform?usp=sf_link

APÊNDICE II – RESPOSTAS OBTIDAS

Tabela 1 – Pergunta 2.

Pergunta (Q2) - Os principais desafios em ministrar aula neste novo regime de ensino.		
Nº	Respostas	Ideia Central
Categoria 1-Tecnologia		
P1	Faltam: internet e salas temáticas	Internet
P2	Falta de professores para as disciplinas extra curricular como o estudo orientado, pois deveria ser um professor de metodologia para está disciplina e melhor estrutura em relação ao acesso a internet	Internet
P5	Nem todos possuem celulares, não houve nenhuma colaboração de seed. Nós mesmo tínhamos que nos virar, sem apoio nenhum, mas tem se muita cobrança.	Internet
P8	O principal desafio é a internet, acredito que deveríamos ter um suporte, no caso um programa para termos acesso a internet e um sistema integrado para enviarmos atividades, tanto os estudantes como nós professores necessitamos de internet.	Internet
P10	A tecnologia, reinventar o modo de dar aula, conviver com a família durante o expediente, a falta dos alunos no acesso as aulas.	Internet
Categoria 2- Falta de Apoio		
P4	Materiais para professores e falta de cursos de orientação para práticas experimentais	Incentivo
P7	Falta de apoio	Incentivo
P3	Experiência nova	Incentivo
Categoria 3 – Falta de Estrutura		
P6	Recursos financeiros, tecnologias digitais deficitária (poucos habilidades) e Retornos de ensino aplicado (pouco envolvimento).	Infraestrutura
P9	A falta de estrutura física; alunos sem condições e apoio físico para dar continuidade ao seu processo d ensino; instituições que inflam o docente de atividades que, cansam e não contribuem para o aprendizado dos alunos, e nem para a vivência profissional docente.	Infraestrutura
Categoria 4 – Falta de Interesse		
P11	Envolver o estudante de forma que se sinta responsável pela sua própria vitória na vida.	Desprezo

Tabela 2. Pergunta 3

Pergunta 3 – Os impactos da pandemia em sua prática de ensino.		
Nº	Respostas	Ideia Central
Categoria 1- Desapontando		
P5	Desastroso, complicado, preocupante sem qualquer orientação da secretaria de educação.	Desalinhado
P10	Com o despreparo de todos ,escola,professores e alunos, como não tive uma formação adequada para lecionar a distância. Preparar uma aula remota é bem diferente da prática presencial de sala de aula	Desalinhado
Categoria 2- Desânimo		
P1	Desmotivação e empenho por parte de muitos estudantes	Desmotivação dos alunos
P4	Alunos sem motivação para estudar em casa mesmo tendo acesso aos professores por meio das mídias	Desmotivação dos alunos
Categoria 3 – Contato Humano		
P3	Principalmente nas aulas práticas perda de percepção de contato com as aulas	Convivência
P6	Acelerado processo de aquisição de informações e inovação.para desenvolver tal prática!	Convivência
P7	Contato humano Falta de apoio tecnológico	Convivência
Categoria 4 – Dificuldade na Aprendizagem		
P2	Foi não poder ter a ajuda dos pais para acompanhar os filhos	Ensino
P8	Acredito que a possibilidade do estudante ter mais autonomia para fazer pesquisas por meio das atividades direcionadas é bem positivo, levando em consideração que na escola eles não podiam ter acesso a internet.	Ensino
P9	Alunos que não conseguiram de fato apreender e, estão sendo colocados de forma indevida em outras séries/etapas, e que vão certamente, ter dificuldade equitativa em seu aprendizado.	Ensino
P11	Lidar com a tecnologia.	Ensino